Cátedra Ozires Silva
Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis

A influência das práticas ambientais no desenvolvimento sustentável das organizações

Osnei Francisco Alves
Universidade Paulista, Brasil
consultorosnei@gmail.com

Eliete Cristina Pessôa
Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Brasil
elietecristina.adm@gmail.com

RESUMO

Os efeitos globais da poluição têm contribuído bastante para a sensibilização recente da sociedade sobre a questão ambiental, tendo tido um crescente destaque na mídia e na agenda de políticos e grupos ambientalistas ao redor do mundo. Isto talvez possa ser explicado pela incerteza que a sociedade passou a experimentar em relação à própria sobrevivência da espécie humana e pela constatação de sua incapacidade de entender e controlar os processos e as transformações ambientais decorrentes de suas atividades. Hoje, entretanto, sabe-se que, se a humanidade continuar no nível de consumismo dos dias atuais, muito cedo os recursos naturais do planeta, básicos para a manutenção da vida como a conhecemos, se esgotarão. O objetivo deste artigo é analisar a intensidade das transformações ocasionadas no meio ambiente pelas ações humanas nas últimas décadas que fizeram dessa questão uma das maiores preocupações da sociedade atual. Até recentemente, acreditava-se que a inteligência e a tecnologia poderiam resolver qualquer problema e que não havia limites para o desenvolvimento da espécie humana e para a utilização de matéria e energia, na busca de conforto e qualidade de vida.

Palavras-chave: sociedade, consumismo, transformações ambientais.

The influence of environmental practices on the sustainable development of organizations

Abstract

The global effects of pollution have greatly contributed to society's recent awareness of the environment, and have been increasingly prominent in the media and on the agenda of politicians and environmental groups around the world. This may, perhaps, be explained by the uncertainty that society has come to experience regarding the survival of the human species itself and the realization of its inability to understand and control the processes and environmental transformations resulting from its activities. Today, however, it is known that if humanity continues at the level of consumerism today, the planet's natural resources, basic to the maintenance of life as we know it, will soon be depleted. The purpose of this paper is to analyze the intensity of the transformations caused by human actions in the environment in the last decades that have made this issue one of the major concerns of today's society. Until recently, it was believed that

intelligence and technology could solve any problem and that there were no limits to the development of the human species and the use of matter and energy in the pursuit of comfort and quality of life.

Keywords: *society, consumerism, environmental transformations..*

INTRODUÇÃO

O mercado tem exercido influência na adoção de práticas ambientais por parte das empresas. Os processos de abertura comercial têm intensificado a competição entre países e empresas. As organizações que oferecem produtos e serviços ecologicamente corretos crescem na preferência do mercado mundial, onde um novo consumidor passa a diferenciar produtos e serviços pelo desempenho ambiental de quem os oferta.

A melhoria dos processos industriais, decorrente da necessidade de se reduzir a poluição, seja por emissões, efluentes ou resíduos, acaba fazendo com que os processos sejam melhorados, as perdas sejam reduzidas e a utilização de matérias primas ou materiais agregados seja otimizada, reduzindo sensivelmente os custos. Estes fatores acabam também por trazer novas tecnologias, mais limpas, mais treinamento e desenvolvimento do pessoal e o consequente desenvolvimento da empresa, permitindo uma maior produção com menor custo, melhorando sua participação no mercado.

A própria expressão desenvolvimento sustentável, desde o início, sofreu críticas por causa da contradição que se verificava nos seus próprios termos. O termo “desenvolvimento” é tirado da economia realmente existente que é a capitalista, ordenada pelos mercados hoje mundialmente articulados. Ela possui uma lógica interna fundada na exploração sistemática e ilimitada de todos os recursos da Terra para atingir três objetivos fundamentais: aumentar a produção, o consumo e produzir riqueza. O segundo termo, “sustentabilidade”, vem das ciências da vida, da biologia e da ecologia.

A redução do risco ambiental diminui a possibilidade de a empresa ser penalizada por uma imagem negativa no mercado em função da ocorrência de acidentes ambientais ou descumprimento da legislação, tornando mais valorizadas suas ações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desenvolvimento sustentável

A inquietação pública com os problemas ambientais iniciada na década de 60 teve como carro chefe a revolução ambiental estadunidense, se expandindo na década seguinte para outras grandes potências e culminando na década de 80 quando atinge a América Latina (VIOLA e LEIS, 1995).

A produção limpa prevê que sejam gerados menos resíduos ao final do processo produtivo, ou seja, há um planejamento anterior à produção para que haja menos refugos e rejeitos e, além

disso, procura programar a utilização de materiais nos processos produtivos que sejam menos prejudiciais ao meio ambiente e mais fáceis de reciclar e se decompor no meio ambiente.

Segundo Silva e Rauli (2009), o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta forte relação com aplicação de políticas públicas. É preciso então priorizar a mensuração dessa correlação para que seja possível estabelecer eficiência na destinação dos recursos, já que a proporção de crescimento dos recursos públicos é menor do que das demandas por serviços públicos.

De acordo com Teixeira (2002), os elementos do processo de estruturação das políticas públicas que devem ser apresentados de forma objetiva a fim de nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas são: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação e qualidade de vida. É válido lembrar que há limitações nas políticas públicas, geradas por falhas de planejamento e desenvolvimento, que geram dificuldades de operacionalização.

Viola e Leis (1995) classificam as versões do desenvolvimento sustentável em três categorias: estatista, onde a qualidade ambiental é um bem público resguardado por intervenção normativa, reguladora e promotora do Estado; comunitária, onde as organizações de base da sociedade possuem papel importante na adoção de uma sociedade sustentável; e de mercado, onde é possível instituir uma sociedade sustentável por meio da lógica de mercado, defendendo a apropriação privada dos bens ambientais e a proteção do meio ambiente pelos produtores, se isso for demandado pelos consumidores.

Aguiar (2004) afirma que a gestão ambiental pode ser definida como um conjunto de atividades voltadas a processos de decisão sobre questões ambientais, envolvendo as diversas partes interessadas, com foco na utilização racional de recursos naturais para satisfação das necessidades atuais e futuras.

Ferreira e Ferreira (1995) afirmam que a questão ambiental foi inserida nos debates acerca das relações internacionais e políticas ambientais brasileiras após décadas de mobilização política e discussão. Durante o Regime Militar até a Nova República, as questões ambientais não apareciam no cenário político, muito menos nas políticas públicas efetivamente. Um dos motivos é o fato das preocupações centrais do governo estarem focadas, já há algum tempo, na questão tecnológica, onde qualidade ambiental diz respeito a acesso às tecnologias de controle ambiental.

Embora a motivação pela consciência ambiental seja o ideal, pouquíssimas empresas implantariam um sistema de gestão ambiental com desempenho acima do exigido pela legislação, se este sistema fosse trazer custos operacionais que a obrigassem a reduzir sua margem de lucro para poder se manter no mercado. Daí a importância em se buscar a implementação de um sistema eficaz, que traga também benefícios econômicos para as empresas, além dos benefícios ambientais.

Sachs (1994) afirma haver universalmente uma dualidade entre as sociedades contemporâneas e os fenômenos de exclusão social. Daí porque este aspecto é tão importante no âmbito das políticas públicas sustentáveis, juntamente com o aspecto ambiental.

Alier (1992) afirma que o Estado, enquanto articulador de medidas reguladoras, pode atuar como agente de industrialização e militarização, estando assim entre os maiores inimigos do ambiente. Não se pode negar que a pobreza contribui para a degradação do ambiente, mas a riqueza é a causa principal dessa degradação, já que nela se consome mais energia e materiais e se produz mais dejetos.

Como reação aos impactos dos produtos sobre o meio ambiente, as sociedades têm desenvolvido uma série de legislações e novos conceitos de responsabilidade empresarial, de modo a adequar o crescimento econômico às variáveis ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentado, cujo objetivo é o crescimento econômico minimizando os impactos ambientais, tem sido constantemente utilizado nos dias de hoje, baseado na ideia de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras no atendimento de suas necessidades.

Um dos maiores motivadores da sustentabilidade são as forçar reguladoras exercidas pelos órgãos governamentais, pois as fortes regulamentações decorrentes de pressões públicas dispõem as empresas a aprimorar seu desempenho. Dessa forma as políticas públicas contribuem, dentre outras coisas, para direcionar a atuação das empresas de maneira que possam também se tornar mais sustentáveis. As organizações precisam estar atentas ao surgimento de novas leis que exigem sua readequação e controle, para poderem enfim exercer a sustentabilidade empresarial.

É possível perceber que a sustentabilidade pode ser entendida como um novo paradigma no processo de desenvolvimento. É necessário que haja a limitação da escala econômica à capacidade do capital natural, as taxas de colheitas de recursos naturais devem estar também limitadas às taxas de recuperação destes recursos, a emissão de resíduos não deverá exceder a capacidade do ambiente e devem ser dispostos de forma adequada, e recursos não renováveis devem ser explorados a uma proporção igual à criação de substitutos renováveis.

Neste sentido, muitas restrições comerciais têm surgido, exigindo o cumprimento das exigências normativas ambientais, o que implica em maiores investimentos.

No entanto, ao mesmo tempo em que obriga as empresas a reverem seus processos, o gerenciamento ambiental agrega um valor de marketing positivo, pois o mercado consumidor requer produtos elaborados a partir de processos "mais limpos". Esta realidade já oferece visibilidade em vários países, principalmente naqueles com melhor renda per capita.

Políticas públicas e desenvolvimento sustentável

De acordo com Donaire (1999), a responsabilidade da empresa como instituição apenas econômica em uma visão tradicional, consubstancia-se na busca da maximização dos lucros e na

minimização dos custos. Os aspectos sociais e políticos que influenciam o ambiente dos negócios não são considerados variáveis significativas relevantes na tomada de decisão de administradores. Portanto, as repercussões que as decisões internas possam acarretar no contexto sociopolítico têm pouco significado para a cúpula das empresas.

A forma como ocorreu a evolução institucional da gestão ambiental no Brasil tem se caracterizado pela desarticulação entre as diferentes instituições envolvidas, além da falta de coordenação e da escassez de recursos financeiros e humanos para efetivar o gerenciamento das questões relativas ao meio ambiente (DONAIRE, 1999).

Segundo Alejandro (2002), na década de 1980, houve uma consolidação da legislação ambiental brasileira e a gestão ambiental passou a incorporar os assuntos de meio ambiente no dia-a-dia das empresas, basicamente por pressão dos órgãos de fiscalização, comunidade, mídia e agentes internacionais.

Seiffert (2006) afirma que o meio empresarial ainda considera problemas ambientais como secundários, porém o governo passou a publicar, a partir de 1980, uma série de regulamentações, restringindo a poluição industrial. Portanto, isso vem precipitando uma mudança progressiva no meio ambiente de negócios das organizações, acarretando em mudanças na sua forma de produção.

A visão da empresa em relação a seu ambiente é mais complexa, pois é vista como uma instituição sociopolítica (DONAIRE, 1999). O mesmo autor afirma que essa visão é resultado de uma mudança de pensamento da sociedade, valorizando aspectos sociais também.

Com a globalização da economia, a década de 1990 trouxe também os conceitos de gestão, iniciando a fase de gerenciamento ambiental, ou seja, da consideração da satisfação das partes interessadas da sociedade como componente da gestão empresarial (VITERBO JUNIOR, 1998).

A questão ambiental tem tido destaque nas discussões sobre o futuro econômico e social da sociedade. Ações em prol da preservação do meio ambiente, antes tomadas de forma isolada, hoje já são mais sistêmicas e objetivas, uma vez que a percepção dos problemas globais que as atividades antropogênicas têm causado vem aumentando gradativamente. Dentre os maiores desafios para se alcançar a sustentabilidade está encontrar uma solução para a poluição e para a escassez dos recursos naturais. Embora os princípios do desenvolvimento sustentável pareçam conflitantes dentro da sociedade capitalista, a redução do impacto ambiental tornou-se uma exigência para as empresas que desejam continuar atuando no mercado, tanto nacional quanto internacional.

Segundo Silva e Rauli (2009), o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta forte relação com aplicação de políticas públicas. É preciso então priorizar a mensuração dessa correlação para que seja possível estabelecer eficiência na destinação dos recursos, já que a proporção de crescimento dos recursos públicos é menor do que das demandas por serviços públicos.

De acordo com Teixeira (2002), os elementos do processo de estruturação das políticas públicas que devem ser apresentados de forma objetiva a fim de nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas são: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação e qualidade de vida. É válido lembrar que há limitações nas políticas públicas, geradas por falhas de planejamento e desenvolvimento, que geram dificuldades de operacionalização.

> No Brasil, as preocupações com o meio ambiente são estabelecidas primordialmente na Constituição Federal, que trata do princípio da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental, sendo o primeiro um dever do poder público e da coletividade, visando "defender e preservar o ambiente para a presente e futuras gerações" e o segundo obrigação do agente causador dos danos e impactos ambientais, imputando-lhe o ônus da recuperação (FLORIANO, 2007, p.36).

Os projetos de desenvolvimento precisam considerar as populações locais excluídas, pois elas apresentam melhor relação de respeito com o meio ambiente. Sachs (1994) afirma haver universalmente uma dualidade entre as sociedades contemporâneas e os fenômenos de exclusão social. Daí porque este aspecto é tão importante no âmbito das políticas públicas sustentáveis, juntamente com o aspecto ambiental.

Para este autor, a reflexão sobre o desenvolvimento deve ser guiada por uma "imaginação ecológica" (SACHS, 1994, p.53), tendo como objetivo assegurar formas viáveis de existência para melhorar o destino dos indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza, seja qual for o seu contexto cultural e ambiental, demonstrando a capacidade das populações locais de respeitar o meio ambiente. Para isso é preciso eliminar os obstáculos de ordem política e institucional que dificultam a adoção de uma visão de longo prazo para preservação dos recursos. Este aspecto defendido por Sachs (1994) fortalece a importância da dimensão social do desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade nos negócios e inovação

A sustentabilidade está baseada no Triple Bottom Line – TBL, termo criado por John Elkington em 1994 para definir os pilares a serem seguidos pelas empresas. No Brasil é popularmente conhecido como Tripé da Sustentabilidade, o qual conjetura "um conjunto de valores, objetivos e processos que uma organização deve focar para criar valor em três dimensões: econômica, social e ambiental" (DIAS, 2011, p. 46).

Barbieri e Simantob (2007) afirmam que a organização inovadora sustentável atua visando atingir um desenvolvimento social inclusivo, com prudência tecnológica e eficiência econômica. A preocupação com o meio ambiente se relaciona com a inovação devido ao impacto desta sobre o meio ambiente e a sociedade. Os autores complementam ainda que organizações inovadoras sustentáveis consistem naquelas capazes de gerar esse tipo de inovações, porém de maneira contínua.

A adoção dessas premissas do tripé da sustentabilidade para a condução dos negócios tem se fundamentado em padrões de demanda de mercado, através de exigências de consumidores, uma vez que nos dias atuais estes tendem a selecionar serviços e produtos socioambientalmente responsáveis; ou de empresas que adotam políticas sustentáveis e exigem conduta similar de seus *stakeholders*. A existência desse último padrão atua como um estímulo às organizações de pequeno e médio porte das cadeias de suprimento, que passam a se adaptar às exigências da empresa focal, inovando para reduzir custos do produto/serviço, aumentar seu valor, introduzir novos processos, melhorar a competitividade e a qualidade.

A inovação sustentável corresponde a uma mudança em prol da sustentabilidade que se configura como estratégia competitiva. Tal mudança pode ocorrer em práticas de gestão e processos internos, tornando a inovação fundamental para o desenvolvimento sustentável. Emerge-se então a necessidade de se pensar em novas estratégias de inovação, entendendo a inovação como mudanças em hábitos, comportamentos, práticas, negócios, meios de produção, produtos e gestão que considerem também a vertente ambiental.

Inovações relevantes foram inseridas nas empresas a partir da emergência do conceito de sustentabilidade. Atualmente a questão ambiental gera novas oportunidades de negócio e faz surgir importantes inovações tecnológicas que exigem entendimento sobre mercado e pesquisas científicas para que seja possível desenvolver soluções ambientais que gerem vantagem competitiva, resultando em melhorias desde a rotina até processos e produtos (NASCIMENTO et al, 2008).

Estratégias de inovação estão intimamente relacionadas com obtenção de conhecimento para produção de produtos e serviços que suscitem vantagens competitivas sustentáveis. Para Quadros (2005), é importante alinhar e integrar a estratégia de desenvolvimento de produtos, processos e serviços e a estratégia tecnológica com a estratégia competitiva da empresa.

Barney (2002) demonstra que para obter vantagem competitiva as empresas devem ter valores raros e de difícil imitabilidade pela concorrência. Assim, a gestão dos recursos (financeiros, ambientais, processos organizacionais e competências pessoais e organizacionais) por meio das capacidades inovativas (que gerem mudanças tecnológicas e de mercado) leva às “diferenciações competitivas”, difíceis de serem imitadas.

Curi et al (2010) enfatizam que a competição é um aspecto essencial da inovação, pois obriga a empresa a inovar naquilo que o mercado mais valoriza. Para Larson (2000), a inovação sustentável é um fenômeno em constate crescimento e de caráter essencial para a evolução dos negócios, proporcionando transformação tecnológica e oportunidade de negócio.

Uma visão moderna de marketing social, ambiental e principalmente de responsabilidade ética empresarial, se adotada por empresas dos diversos elos da cadeia produtiva de bens em geral, por entidades governamentais e pelos demais envolvidos, de alguma maneira, na geração de problemas ecológicos, mesmo que involuntária, permitirá observar que suas imagens

corporativas estarão cada vez mais comprometidas com questões de preservação ambiental. Consequentemente, ações convenientemente dirigidas de preservação ambiental, dentro dessa visão contributiva de marketing social e ambiental certamente serão recompensadas com salutares retornos de imagem diferenciada como vantagem competitiva.

É nesse contexto que se insere o problema ecológico nos canais de distribuição reversos e o campo de atuação da logística reversa, pois observa-se um crescente interesse de empresas modernas, entidades governamentais, partidos políticos 'verdes' e comunidades em geral pelo envolvimento ativo, diretamente ou por meio de associações, nos problemas ecológicos, na defesa de sua própria perenidade econômica e no posicionamento de sua imagem corporativa. Esse interesse e essas ações orientadas deverão contribuir para uma melhor estruturação e organização desses canais reversos.

Essas preocupações têm se traduzido por modificações de projetos visando melhorar as condições de reaproveitamento, como utilização de identificação nas diversas embalagens plásticas, adaptabilidade a desmontagens dos bens duráveis e redução de mistura de constituintes diferentes na mesma embalagem, entre outros.

Empresas de várias cadeias produtivas de diferentes setores industriais criam associações incentivadoras de sistemas de reciclagem e reuso e investem em programas educacionais de conscientização junto à sociedade para os problemas ambientais, a fim de confortar legislações locais ou garantir a perenidade dos negócios.

DISCUSSÃO

O aumento do grau de exigência dos clientes e as restrições às exportações, principalmente para países industrializados, contribuíram para as transformações de postura, modos de produção e de desempenho ambiental de muitas organizações. Sendo assim, a questão ambiental, passa a ser uma necessidade de sobrevivência para muitas empresas que, entre outras questões, devem operar em conformidade com regulamentos ambientais; responsabilizar-se por possíveis danos ecológicos; melhorar a imagem perante os consumidores e minimizar barreiras comerciais no mercado internacional. Hoje, a principal discussão não é mais o quanto à organização deverá disponibilizar para o investimento em questões ambientais, e sim, quanto custará o desrespeito e/ou a indiferença frente a esta nova exigência de mercado.

A sustentabilidade empresarial demanda das organizações a responsabilidade por essa proteção ambiental, visando resolver e evitar problemas socioambientais oriundos de sua atuação. Essa responsabilidade por vezes ocorre por exigência das políticas públicas, que têm cada vez mais tratado de questões que prezam pelo desenvolvimento sustentável, expandindo essa demanda até as organizações.

A internalização e aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável no ramo empresarial são extremamente importantes para o desenvolvimento atual. Para Kinlaw (1997), o desenvolvimento sustentável aplicado às empresas compreende não apenas um objetivo pelo

qual se deve trabalhar, mas também o meio para planejar, executar e avaliar os aspectos do negócio considerando o meio ambiente. Essa tarefa não é fácil, por isso há tantas posições contrárias à sustentabilidade empresarial, uma vez que a mudança de foco do econômico para o socioambiental ainda não é percebida.

Lombardi e Brito (2007) defendem o desenvolvimento sustentável como um elemento de competitividade, desde que a empresa se estruture quanto a suas capacidades estratégicas, tecnológicas e inovadoras, e suas relações com atores externos, em especial sua cadeia de suprimento, governo e sociedade. Entretanto, entende-se a sustentabilidade, enquanto elemento de competitividade, mais como uma consequência da adoção da sustentabilidade empresarial do que como sua base, pois antes é necessário implantar um modelo de desenvolvimento que preze pela redução dos impactos sobre o meio e mudanças efetivas nos modos de gestão e produção das empresas. A partir do momento em que haja mudança na conscientização e as práticas sustentáveis passam a ser exigidas pela sociedade, aí sim se pode dizer que a sustentabilidade surge como um elemento de competitividade.

A inovação deve ir além da criação de produtos e serviços com uma nova tecnologia. É preciso mudar práticas de gestão e processos de produção, o que torna a inovação fundamental para adoção da sustentabilidade nas empresas, pois com ela é possível adotar mudanças que contribuam para um novo desenvolvimento.

> Não prego que as empresas deveriam parar de pensar em melhorias contínuas, mas devem parar de defender a ideia de que não é possível abraçar nenhuma outra lógica. A ecoeficiência é pautada na ideia de melhoria contínua, e é ótimo que as empresas sejam ecoeficientes. Mas as companhias não vão garantir a sustentabilidade do planeta simplesmente fazendo melhor aquilo que já fazem. Precisamos mais do que isso (HART, 2012, p.68).

Lima (2002) corrobora com essa ideia ao apresentar a Modernização Ecológica como a nova versão do desenvolvimento sustentável:

> Resumidamente, pode ser entendida como uma proposta de reestruturação da economia política do capitalismo que se esforça em demonstrar a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental e a possibilidade de enfrentar a crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo. Do ponto de vista daqueles que questionam o discurso da sustentabilidade as críticas se concentram sobre a frágil factibilidade da proposta no contexto de uma sociedade capitalista orientada pelo mercado (LIMA, 2002, p.5).

Nobre e Amazonas (2002) também não concordam com a tese de que a problemática ambiental possa ser equacionada no mercado. Eles defendem que a sustentabilidade empresarial não pode se limitar a valorar ou atribuir valor e preço aos recursos naturais. Infelizmente é por meio da valoração ou precificação dos recursos naturais que a economia compreende a sustentabilidade e é exatamente por isso que estabelecer uma relação harmônica entre mercado e as questões socioambientais é tão complexo. A lógica de tornar o meio ambiente em um bem e fazer apelos em prol do uso e desenvolvimento sustentável, objetivando defender o sistema capitalista é criticada por outros autores, como Ribeiro (1991). Mesmo com as críticas ao conceito,

observa-se que o desenvolvimento sustentável está inserido no ambiente empresarial, ainda que mais focado em questões relativas à eficiência em gestão e produção do que na própria conscientização dos empresários, como evidencia Dias (2011):

> Embora haja um crescimento perceptível da mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no ambiente interno das organizações, voltada prioritariamente para processos e produtos. É um grande avanço, sem dúvida nenhuma, tomando-se como marco o ano de 1992; mas ainda falta muito para que as empresas se tornem agentes de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto (DIAS, 2011, p. 49).

O fato é que aos poucos a consolidação e universalização da noção de desenvolvimento sustentável fazem surgir uma consciência global tanto para os indivíduos quanto para as empresas, resultando em uma mudança no perfil de consumidores e mercado. Os indivíduos, na posição de consumidores, ao internalizar esse conceito, se tornam mais exigentes quanto à sustentabilidade dos produtos e serviços que consomem. Esse novo comportamento do consumidor fez surgir um novo paradigma conhecido como consumo sustentável, ou consumo consciente ou responsável, definido por Ribeiro e Veiga (2011, p.48) como “a busca por produtos e serviços ecologicamente corretos”. Já as empresas vão criando novos conceitos de produtos, processos e serviços para se adequar às novas demandas dos consumidores e do mercado. Para que as empresas caminhem rumo à adoção de uma estratégia empresarial realmente sustentável socioambientalmente, é fundamental a cooperação de seus públicos estratégicos de negócio, parceiros em sua cadeia de suprimento.

Através de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA corretamente estruturado, a empresa pode atingir o nível de desempenho ambiental por ela determinado, promovendo melhoria contínua e a manutenção da sustentabilidade nos negócios. O SGA consiste em planejar as atividades da empresa, buscando eliminar ou minimizar os impactos produzidos ao meio ambiente por meio de ações preventivas ou corretivas.

Para desenvolver a gestão ambiental nas empresas, deve ser feita uma análise detalhada da atual situação e então, idealizada a política a ser adotada em relação aos aspectos ambientais, para após isso, serem estabelecidas as estratégias para o atingimento dos objetivos propostos.

O gerenciamento ambiental visa a obtenção de vantagem competitiva sustentável, no entanto há algumas empresas que enfrentam as questões ambientais apenas remediando danos já causados ou apenas cumprindo a legislação atuando de forma reativa, sem considerar que a lucratividade sustentável de longo prazo requer investimentos de recursos em programas de prevenção e inovação de forma proativa.

Desta forma, a empresa pode se colocar em posição de desvantagem comparativa em relação a competidores com maior visão em estratégica, nos quais o gerenciamento ambiental faz parte da política empresarial.

A logística reversa é justamente a estratégia que cumpre o papel de operacionalizar o retorno dos resíduos de pós-venda e pós-consumo ao ambiente de negócios e/ou produtivo, considerando que somente dispor resíduos em aterros sanitários, controlados ou lixões não basta no atual contexto empresarial.

É necessário mais do que isso, a possibilidade de revalorização destes resíduos deve ser considerada como o foco deste processo, a qual gera retorno econômico e ao mesmo tempo ambiental e ecológico para as empresas.

Desta forma, é notório que no atual ambiente de negócios, é impossível pensar em desenvolvimento econômico sem considerarmos as dimensões da sustentabilidade, as quais são destacadas a seguir:

• Sustentabilidade social: ancorada no princípio da equidade na distribuição de renda e de bens; no princípio da igualdade de direitos a dignidade humana e no princípio de solidariedade dos laços sociais;

• Sustentabilidade ambiental: ancorada no princípio da preservação do planeta e dos recursos naturais;

• Sustentabilidade econômica: avaliada a partir da sustentabilidade social e ambiental, de forma a permitir que as organizações obtenham lucro de uma forma responsável.

Estas três vertentes da sustentabilidade impelem o ambiente de negócios e a sociedade a um processo de mudança no qual a extração de recursos naturais, as transações financeiras e econômicas e o desenvolvimento tecnológico devem conviver harmoniosamente.

O conceito da logística reversa ampara-se no tripé da sustentabilidade, comprovando que existem possibilidades do desenvolvimento econômico caminhar ao lado do desenvolvimento ambiental. As empresas podem ao mesmo tempo em que geram lucros e riqueza, adotar práticas sustentáveis que lhe tragam benefícios e garantam a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, além de possibilitar a sustentabilidade social, respeitando a comunidade em que se insere, gerando empregos e renda.

No entanto, é necessário ressaltar que este processo deve ser organizado e implementado, considerando-se sua viabilidade, pois caso esta não exista, o projeto de adoção da logística reversa não será duradouro e sustentável.

O foco de atividades voltadas para a sustentabilidade está na manutenção do fluxo de benefícios no futuro, em vez de apenas projetos. Os projetos são, por definição, não sustentáveis porque são um investimento definido com data de início e término.

Inicialmente, a adoção da logística reversa pode ser parte de um projeto, no entanto após organizada e implementada, deve ser incorporada ao processo de negócios, como parte das atividades normais e do ciclo logístico total.

Enfim, para que ocorra a efetiva sustentabilidade nos negócios são indispensáveis várias inovações e, sob esta ótica, o processo de logística reversa ganha potencial nas empresas, visto

que propicia esta inovação quando cria possibilidades no gerenciamento de resíduos, de forma a agregar valores de diversas naturezas para a organização.

Na prática, algumas atividades de logística reversa já ocorrem informalmente em muitas empresas, mesmo desconhecendo seu conceito, devido à necessidade de dar destino aos resíduos para cumprir a legislação. Portanto, para que a logística reversa contribua de forma efetiva à manutenção da sustentabilidade nos negócios é necessário que seja planejada para operacionalizar de forma viável o retorno dos resíduos, de acordo com as legislações ambientais e com as políticas previamente estabelecidas pela empresa.

CONCLUSÃO

O gerenciamento ambiental visa a obtenção de vantagem competitiva sustentável, no entanto há algumas empresas que enfrentam as questões ambientais apenas remediando danos já causados ou apenas cumprindo a legislação atuando de forma reativa, sem considerar que a lucratividade sustentável de longo prazo requer investimentos de recursos em programas de prevenção e inovação de forma proativa.

Desta forma a empresa pode se colocar em posição de desvantagem comparativa em relação a competidores com maior visão estratégica, nos quais o gerenciamento ambiental faz parte da política empresarial.

Além disso, a gestão ambiental compreende as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejar, dirigir, controlar, alocar recursos, além de outras realizadas com o objetivo de abordar problemas ambientais decorrentes da atuação da empresa, reduzindo ou eliminando os danos causados, ou evitando que eles surjam no futuro, obtendo efeitos positivos sobre o meio ambiente.

A existência de normas internacionais, como um critério de exigência ambiental, pode servir como defesa dos interesses de preservação do meio ambiente, e, também, são importantes para minimizar ou maximizar o boicote de produtos e fazer com que estes sejam reconhecidos no mercado por meio de seus processos e sistemas de gestão.

Essas normas, instrumentos e sistemas estimulam as empresas a inovar e melhorar sua competitividade dentro do contexto da sustentabilidade, contribuindo para entendermos a sustentabilidade como uma imposição e demanda de mercado. Assim, é possível concluir que as empresas estão inserindo as premissas do tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) para a condução dos negócios fundamentadas em três questões, consideradas pressões externas: primeiramente na percepção do que os consumidores esperam das empresas, internalizando o conceito de consumo sustentável; em seguida, fundamentam-se nas políticas públicas de sustentabilidade, pautadas nos padrões de produção e consumo e preservação e recuperação ambiental.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. O. (2004). Sistemas de gestão ambiental na indústria química: desempenho, avaliação e benefícios. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALIER, Joan Martinez. (1992). *El ecologismo de lós pobres*. In: Revista WANI, n. 125, abr/1992. p. 2-42. Publicación mensual de la Universidad Centroamericana – UCA de Manágua. Nicaragua.

ALEJANDRO, Sérgio Correa. (2002). Sistema de Gestão Ambiental: Responsabilidade Social. Sustentabilidade. Produção mais limpa. Mogi das Cruzes, SP: Oriom Editora.

BARBIERI, José Carlos; SIMANTOB, Moysés (Org.). (2007). Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações. São Paulo: Atlas.

BARNEY, Jay B. (2002). *Gaining and Sustaining Competitive Advantage*. Editora Prentice Hall.

CURI, Denise Pereira et al. Inovação Sustentável nas Empresas de Cosméticos. (2010). In: XXXIV ENCONTRO DA ANPAD, 2010, Rio de Janeiro. Anais XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: Anpad.

DIAS, Reinaldo. (2011). Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2ª. ed. São Paulo: Atlas.

DONAIRE, D. (1999). Gestão ambiental na empresa. 2ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FLORIANO, Eduardo Pagel. (2007). Políticas de Gestão Ambiental. Santa Maria: UFSM – DCF, 3ª ed.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. (2003). *Creating sustainable value. Academy of Manage-ment Executive*, v. 17, n. 2, p. 56-69.

KINLAW, Dennis C. (1997). Empresa Competitiva e Ecológica: estratégias e ferramentas para uma administração consciente, responsável e lucrativa. São Paulo: Makron Books.

LARSON, Andrea L. (2000). *Sustainable innovation through an entrepreneurship lens Business Strategy and the Environment*. n.9, p.304-317.

LIMA, Gustavo F. Costa. (2002). Educação e Sustentabilidade: Possibilidade e falácias de um discurso. In: Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, n.1.

LOMBARDI, Marta Sambie; BRITO, Eliane Pereira Zamith. Desenvolvimento sustentável como fator de competitividade. (2007). Anais do XXXI Encontro da ENANPAD, Rio de Janeiro, setembro.

NASCIMENTO, Luis Felipe. LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. (2008). Gestão Socioambiental Estratégica, Editora Goodman.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. (2002). Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Ed. IBAMA, Brasília.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (1991). Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova/utopia do desenvolvimento. Revista de Antropologia, n. 34, p. 59-101, São Paulo: USP.

RIBEIRO, Juliane de Almeida; VEIGA, Ricardo Teixeira. (2011). Proposição de uma escala de con-sumo sustentável. Revista de Administração da USP. v.46, n.1, p.45-60, jan./fev./mar.

SEIFFERT, M.E.B. (2008). Environmental *impact evaluation using a cooperative model for implementing* EMS (ISO 14001) in small and medium-sized enterprises. Journal of Cleaner Production, v 16, n 14, p 1447-1461, September.

SACHS, Ignacy. (1994). Estratégias de transição para o século XXI. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p.47-62, Curitiba: UFPR.

SILVA, Christian Luiz da; RAULI, Fabiano de Castro. (2009). Avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005. Semestre Económico, v.12, n. 23, p. 77-96, Janeiro – Junho.

TEIXEIRA, Elenaldo, Celso. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Políticas públicas: o papel das políticas públicas. AATR – BA.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. (1995). Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável, p.73-102. In: HOGAN, J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Ed. Unicamp.

VITERBO JUNIOR, E. (1998). Sistema integrado de gestão ambiental. Como implementar a ISO 14.000 a partir da ISO 9.000, dentro de um ambiente de CQT. São Paulo: Aquariana